



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCESSO SELETIVO – EDITAL Nº 2/2023

TARDE

PROGRAMA DE RESIDÊNCIA
DIREITO

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **60 (sessenta)** questões objetivas, e **1 (uma)** redação, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas e a folha de textos definitivos;
- As questões objetivas têm 5 (cinco) opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas e preenchimento da folha de textos definitivos;
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas e a folha de textos definitivos;
- Para o preenchimento do cartão de respostas e da folha de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas e na folha de textos definitivos;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas e da sua folha de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas e da folha de textos definitivos em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e na folha de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa Prova!**

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa

1

As frases a seguir mostram dois segmentos, separados por uma barra inclinada. Assinale a frase em que a relação entre esses segmentos é corretamente identificada.

- (A) A economia compreende todas as atividades do país, / mas nenhuma atividade do país compreende a economia. / relação de diferença.
- (B) A concorrência é uma prática dolorosa, / mas produz ótimos resultados. / relação de concessão.
- (C) Não existe política cultural no Brasil. / Existem pessoas que têm talento para captar dinheiro. / relação de oposição.
- (D) A Transbrasil nasceu transportando salsichas e morreu transportando laranjas. / relação de semelhança.
- (E) O comércio internacional não é um jogo de damas, / é um jogo de interesses. / relação de comparação.

2

Assinale a frase em que a inversão proposta dos termos separados por uma barra **não** é adequada.

- (A) A parte mais sensível do corpo humano / é o bolso. – O bolso é a parte mais sensível do corpo humano.
- (B) Cada vez que preencho um cargo, / faço cem descontentes e um ingrato. – Faço cem descontentes e um ingrato cada vez que preencho um cargo.
- (C) Eu estaria disposto a tentar entender a economia / se me convencessem de que alguém entende. / Se me convencessem de que alguém entende economia, eu estaria disposto a tentar entendê-la.
- (D) Sabedoria é saber o que fazer; / virtude é fazer. – Virtude é fazer, sabedoria é saber o que fazer.
- (E) Chega de homenagens. / Eu quero o dinheiro. – Eu quero o dinheiro. Chega de homenagens.

3

Nas frases a seguir há expressões populares sublinhadas. Assinale a frase em que o significado de uma expressão foi corretamente indicado.

- (A) Cada vez que o Brasil tira a cabeça fora d'água e mostra que é competitivo, vem bomba. / passa a ver melhor as coisas.
- (B) Os estrangeiros terão de comer muito feijão para chegar à posição de maior banco do mundo. / terão de trabalhar muito.
- (C) Se abirmos a porteira, passa uma boiada e o país pode quebrar. / deixarmos de progredir.
- (D) Se sinto que estou deixando o sucesso subir à cabeça, vou ao banheiro, pego minha cueca e lavo; enxáguo e deixo lá secando. / atingir o seu ponto máximo.
- (E) Tem-se que dar muito murro para chegar a comprar um casarão na Flórida. / superar obstáculos.

4

Assinale a frase em que a linguagem empregada é integralmente formal.

- (A) Em alguns casos, a gente poderia tachar os juro de assalto.
- (B) Bom de briga é aquele que cai fora.
- (C) Lidere, siga ou saia do caminho.
- (D) Estou me lixando para o cliente.
- (E) Depois que saí do Banco Central, fiquei pensando onde um cara como eu poderia usar todo o seu potencial.

5

Assinale o texto, cujo tema é a guerra, que mostra uma visão positiva desses conflitos.

- (A) Façamos a guerra para poder viver em paz.
- (B) Uma espada obriga a outra a ficar na bainha.
- (C) Para que não existam mais fuzis, é preciso empunhar o fuzil.
- (D) Que as armas cedam à toga, o triunfo militar à glória cívica.
- (E) O homem existe apenas no combate, o homem vive apenas se arrisca a vida.

6

Observe o seguinte texto de um estadista inglês:

“As pessoas de alta sociedade são insensíveis às necessidades e aflições dos homens, do mesmo modo como os cirurgiões são insensíveis às dores físicas.”

Assinale a afirmação **inadequada** sobre sua estrutura ou significação.

- (A) O texto exemplifica o discurso informativo, em que o autor aponta características da alta sociedade.
- (B) O pensamento do autor apela para uma comparação a fim de expressar-se.
- (C) A analogia presente no texto mostra críticas simultâneas às pessoas de alta sociedade e aos cirurgiões.
- (D) O traço que une as críticas do texto é a insensibilidade diante de problemas sociais e da dor física.
- (E) A tese do texto é a de que a alta sociedade é insensível aos problemas sociais.

7

Observe o seguinte texto de um autor italiano:

“Sob o cinzento dilúvio democrático atual, que submerge miseravelmente muitas coisas belas e raras, também desaparece pouco a pouco aquela classe especial da antiga nobreza italiana, em que se mantinha viva, de geração a geração, uma certa tradição familiar de distinta cultura, de elegância e de arte.”

Assinale a afirmação **inadequada** sobre sua estrutura ou significação.

- (A) A palavra “dilúvio” mostra uma visão negativa do avanço generalizado do regime democrático.
- (B) O texto lamenta a perda de valores tradicionais conservados pela nobreza italiana.
- (C) O advérbio “miseravelmente” indica o decréscimo de valores econômicos trazido pelas mudanças políticas.
- (D) Ao designar a antiga nobreza italiana de “classe especial”, o autor do texto mostra a valorização dessa classe.
- (E) A cultura, a elegância e o cultivo da arte são os valores perdidos no mundo pelo “dilúvio democrático”.

8

O célebre general americano Patton declarou:

“Nunca diga às pessoas como fazer as coisas. Diga-lhes o que deve ser feito e elas surpreenderão você com a sua engenhosidade.”

Sobre a estrutura e a significação dessa frase assinale a afirmação **inadequada**.

- (A) O argumento apresentado pelo general se fundamenta na sua experiência e conhecimento público.
- (B) O pronome “você” se refere indistintamente às pessoas que leem o texto.
- (C) As formas verbais “fazer” e “ser feito” correspondem a formas correspondentes nas vozes ativa e passiva, respectivamente.
- (D) A frase exemplifica o tipo de texto descritivo, já que fornece um conselho detalhado ao leitor.
- (E) Segundo o texto, a criatividade é fruto da falta de informações sobre algo.

9

Assinale a frase em que a locução prepositiva sublinhada tem seu significado corretamente indicado.

- (A) Qualquer pessoa desprovida de senso de humor está à mercê de todos. / à disposição de.
- (B) A vida ensina que jamais somos felizes senão à custa de certa ignorância. / pela existência de.
- (C) Muitas pessoas que parecem estar lutando contra a adversidade são felizes; muitas outras, em meio a grandes riquezas, são profundamente infelizes. / envolvidas com.
- (D) É melhor estar entre dois loucos do que perto de um imbecil. / nos arredores de.
- (E) A liberdade, não sendo fruto de todos os climas, não está ao alcance de todos os povos. / dentro das finalidades.

10

As frases a seguir mostram vocábulos idênticos repetidos. Assinale a frase em que esses vocábulos mostram significados diferentes.

- (A) Quando faço o bem, sinto-me bem.
- (B) Toda alegria é uma vitória, e uma vitória é uma vitória, por menor que seja.
- (C) Ambos se prejudicam: quem promete demais e quem espera demais.
- (D) Quem cede sua liberdade em troca de um pouco de segurança temporária não merece nem liberdade nem segurança.
- (E) É verdade que a liberdade é preciosa. Tão preciosa que é preciso racionalá-la.

11

Assinale a frase que se mostra inteiramente coerente.

- (A) É raro alguém querer ouvir aquilo que não quer ouvir.
- (B) Às vezes ganha-se mais fazendo os trabalhos que pagam menos.
- (C) Disseram-me que metade dos sócios estaria ansiosa para envolver-se e a outra metade seria apática. Depois de quatro anos descobri que é exatamente o contrário.
- (D) Um bom arqueiro acerta o alvo antes de ter disparado.
- (E) Vendeu a empresa. Deixou de ser rico, agora só tem dinheiro.

12

Assinale a frase que **não** mostra um exemplo de voz passiva pronominal (com o pronome SE).

- (A) Ninguém se prejudicou por haver calado, mas sim por haver falado.
- (B) O resumo da sabedoria é este: nunca é perdido o tempo que se consagra ao trabalho.
- (C) Nem todo problema que se tem com a namorada se deve ao modo capitalista de produção.
- (D) De quantas infâmias se compõe um êxito?
- (E) O sol nunca se põe no mesmo lugar.

13

As frases a seguir são inseridas entre exemplos de texto injuntivo, que indicam ordem, conselho, advertência, instrução ou desejo. Assinale a frase que denota ordem.

- (A) Desconfiai sempre de experiências alheias.
- (B) Chega de homenagens. Eu quero o dinheiro.
- (C) Regra número 1: nunca perca dinheiro. Regra número 2: nunca esqueça a regra número 1.
- (D) Não emprestes a teu irmão com juros.
- (E) Não faça de seu cargo uma arma; a vítima pode ser você.

14

Assinale a frase em que houve a troca indevida entre onde/aonde.

- (A) Onde aumentam os bens, aumentam aqueles que os devoram.
- (B) Banco é o lugar onde você pode pedir dinheiro emprestado, se provar que não precisa dele.
- (C) A habilidade de um líder está em levar as pessoas de onde elas estão para aonde elas nunca estiveram.
- (D) Aonde quer chegar toda essa gente?
- (E) Quem perdeu sua bolsa está livre para ir aonde quiser.

15

Assinale a frase em que a forma pronominal que retoma termos anteriores está identificada **inadequadamente**.

- (A) O que tiveres de fazer, faze-o depressa. / pronome demonstrativo.
- (B) Seja sempre mais esperta que as pessoas que a contrataram. / pronome relativo, pronome pessoal.
- (C) Cada qual é responsável por seu próprio naufrágio. / pronome possessivo.
- (D) Tenho uma relação saudável com o dinheiro: gasto tudo o que ganho. / pronome pessoal.
- (E) Nada é ilegal se cem empresários decidem fazê-lo. / pronome demonstrativo.

16

Cada frase abaixo foi escrita na forma negativa; assinale a opção que mostra a forma de reescrevê-la de modo a se tornar positiva de forma adequada.

- (A) Nada é mais revolucionário que dinheiro sobrando / Tudo é menos revolucionário que dinheiro sobrando.
- (B) A única certeza do planejamento é que as coisas nunca ocorrem como foram planejadas. / A única certeza do planejamento é que as coisas sempre ocorrem de forma contrária ao que foi planejado
- (C) Todo trabalho do homem é para sua boca e, no entanto, seu apetite nunca está satisfeito. / Todo trabalho do homem é para sua boca e, no entanto, seu apetite sempre está insatisfeito.
- (D) Quando tem alguma coisa de que eu não gosto, chamo para conversar e mostro como melhorar. / Quando tem alguma coisa que eu desaprovo, chamo para conversar e mostro como melhorar.
- (E) Há quem se cala por não ter resposta. / Há quem se cala por já ter respondido.

17

Assinale a frase a seguir em que **não** ocorre a elipse do termo sublinhado na estruturação da frase.

- (A) Indústria beneficiada por benefício fiscal é como uma andorinha: quando o tempo é bom, ela fica; quando fica ruim, ela arribá.
- (B) Colhe as rosas enquanto estão vivas; amanhã, já não estarão como hoje.
- (C) Se não acumulaste bens na tua juventude, como queres encontrar na tua velhice?
- (D) A coleção de que mais gosto é de notas de cem dólares. Tenho um monte!
- (E) A riqueza é um dos fins para viver feliz: os homens transformaram-na no único fim.

18

Assinale a frase em que o termo sublinhado está retomado por um hiperônimo e não por um sinônimo.

- (A) Todos reclamam de mudanças na Constituição, pois, na verdade, ninguém quer saber de reformas.
- (B) O contentamento do artista era imenso e sua alegria contaminou todos os presentes.
- (C) Há quem compre muitas frutas por preço baixo e há quem pague por esses produtos sete vezes mais.
- (D) Os quadros dos artistas populares ficaram expostos por toda a manhã, mas poucas pinturas foram vendidas.
- (E) O abajur era antigo, de modelo francês, e a luminária tinha ficado esquecida no porão por anos.

19

Assinale a opção em que o termo “o” sublinhado se refere a um termo anteriormente citado.

- (A) Não mexa no que está quieto.
- (B) O risco deriva do fato de você não saber o que está fazendo.
- (C) Comprei o livro, mas não era o que estava sendo recomendado pela imprensa.
- (D) A mudança de clima não trouxe o que estava sendo prometido pelo secretário de turismo.
- (E) As aulas gratuitas na televisão não correspondiam ao que estava sendo anunciado no curso.

20

Todo texto tem uma estruturação que parte do tema a ser apresentado ao leitor. Leia o texto abaixo.

“É de grande importância para o desfrute de qualquer cenário natural estarmos liberados da necessidade de apreciá-lo sob condições de pressa e ansiedade; termos em nosso poder a capacidade de nos render passiva e serenamente à influência dos objetos à medida que eles gradualmente se revelam; e não estarmos sob nenhuma pressão para comprimir toda a nossa energia visual na tarefa de examiná-los em um quarto de hora.”

Assinale a afirmação **inadequada** sobre a estrutura ou significação do texto.

- (A) O texto apresenta um só e mesmo tema, que se encontra desenvolvido na sequência de frases, com diferentes aspectos, mas todos eles estarão ligados entre si.
- (B) O texto mostra temas variados, segmentados por meio da pontuação.
- (C) O texto mostra, em cada frase, uma retomada de um outro tema contido na frase anterior.
- (D) O texto aborda um só tema, que se vai ampliando a cada frase com o acréscimo de informações diferentes, sem conexão com as anteriores.
- (E) O texto contém diversos temas, mas com uma ligação comum ao eixo central temático.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21

Rudá, servidor público estável do Estado do Rio de Janeiro, na qualidade de agente público, dolosamente, praticou conduta que ocasionou consideráveis prejuízos materiais ao particular Onofre, restando, por conseguinte, caracterizado o dever de indenizar do Estado com fulcro no Art. 37, §6º, da CRFB/88.

Nesse caso, considerando as teorias e fundamentos jurídicos no âmbito da responsabilidade patrimonial do Estado por atos da Administração Pública, é correto afirmar que o aludido dispositivo constitucional adota a

- (A) teoria do risco integral.
- (B) teoria do risco administrativo.
- (C) teoria da culpa civilista.
- (D) teoria da falta do serviço.
- (E) teoria do risco suscitado.

22

Gilberto estava estudando para concurso público com sua amiga Juliana, quando esta perguntou para ele qual a natureza jurídica do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Nesse caso, a resposta correta de Gilberto foi de que se trata de

- (A) órgão integrante da Administração Direta.
- (B) pessoa jurídica de direito público integrante da Administração Direta.
- (C) pessoa jurídica de direito privado integrante da Administração Indireta.
- (D) órgão integrante da Administração Indireta.
- (E) pessoa jurídica de direito público integrante da Administração Indireta.

23

Ao estudar os princípios de direito administrativo, Marli verificou que existe um que não está expresso entre aqueles elencados no Art. 37, *caput*, da CRFB/88, mas que foi especificado pela Lei nº 13.655/2018, que incluiu no Decreto-Lei nº 4.657/1942 (Lei de Introdução ao Direito Brasileiro) disposições que visam a sua implementação na criação e na aplicação do direito público.

O aludido princípio é o da

- (A) impessoalidade.
- (B) transcendência subjetiva das sanções.
- (C) segurança jurídica.
- (D) eficiência.
- (E) finalidade.

24

Jadilson, contratado temporariamente pela Administração Pública Estadual, dolosamente revelou fato de que teve ciência em razão de suas atribuições, colocando em risco a segurança da sociedade, na medida em que compartilhou tal informação com Efigênia, sua namorada, famosa *youtuber*, que fez um *post* com milhares de visualizações especificamente acerca do mencionado fato, divulgando todos os respectivos detalhes, o que era, desde sempre, a intenção de ambos, que não obtiveram lucro em razão da mencionada atuação.

Diante dessa situação hipotética, considerando o disposto na Lei de Improbidade Administrativa, é correto afirmar que Jadilson e Efigênia

- (A) devem responder por ato de improbidade que ocasiona lesão ao erário.
- (B) devem responder por ato de improbidade que importa em enriquecimento ilícito.
- (C) não podem responder por improbidade, pois a conduta de nenhum dos dois importa em enriquecimento sem causa ou lesão ao erário;
- (D) devem responder por ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública;
- (E) não podem responder por improbidade administrativa, pois ele não é considerado agente público para fins da mencionada Lei, considerando que não é servidor concursado, nem agente político.

25

Certa autoridade competente verificou a necessidade de promover a modificação unilateral de determinado contrato administrativo, devidamente formalizado, após o devido processo licitatório, sendo certo que contratado a ela não poderá se opor, considerando que observados os limites estabelecidos na legislação.

Tal prerrogativa conferida ao Poder Público no âmbito de suas relações contratuais é designada no Direito Administrativo de

- (A) contratação integrada.
- (B) fato do príncipe.
- (C) teoria da imprevisão.
- (D) instrumento consensual.
- (E) cláusula exorbitante.

26

O Tribunal de Contas do Estado Alfa, ao apreciar as contas de governo do Chefe do Poder Executivo do Município Beta, constatou que não foi aplicada a receita mínima em saúde e educação. Por tal razão, decidiu pela sua rejeição, com a correlata aplicação das sanções cabíveis ao referido agente.

Tendo em vista as competências estabelecidas na Constituição da República, é correto afirmar que

- (A) o Tribunal de Contas agiu corretamente ao rejeitar as contas e aplicar as sanções.
- (B) por ser um órgão estadual, o Tribunal de Contas não poderia apreciar as contas apresentadas por um agente municipal.
- (C) o Tribunal de Contas agiu corretamente ao rejeitar as contas, mas não poderia aplicar sanções, de competência privativa da Câmara Municipal.
- (D) o Tribunal de Contas deveria apenas emitir parecer prévio, que somente deixaria de prevalecer pelo voto de dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- (E) o julgamento das contas é privativo da Câmara Municipal, cabendo ao Tribunal de Contas apenas emitir parecer prévio, que será livremente apreciado por aquele órgão.

27

João, Juiz de Direito no Estado Alfa, proferiu sentença, em determinada relação processual, que foi desfavorável aos interesses de Antônio. Com o nítido objetivo de retaliação, Antônio ofereceu representação em face de João, perante o órgão competente do Tribunal de Justiça de Alfa, alegando que esse agente teria praticado infração disciplinar. Como o processo disciplinar instaurado em desfavor de João veio a ser arquivado, Antônio almejava que a matéria fosse revista pelo Conselho Nacional de Justiça.

Em razão dos termos dessa narrativa, é correto afirmar que

- (A) a revisão cogitada por Antônio somente pode ter por objetivo a observância do devido processo legal, não podendo avançar sobre o mérito do caso concreto.
- (B) o pedido de revisão deve ser formulado até um ano após a publicação, em órgão oficial, da decisão proferida pelo órgão competente do Tribunal de Justiça.
- (C) o Conselho Nacional de Justiça somente pode rever as decisões condenatórias proferidas em processo disciplinar, sendo possível fazê-lo a qualquer tempo.
- (D) a revisão cogitada por Antônio somente é possível antes de exaurido o prazo prescricional para a apuração da infração disciplinar, contado da data da conduta.
- (E) na hipótese de arquivamento do processo disciplinar, prevalece a autonomia administrativa dos Tribunais, não sendo possível a revisão de sua decisão pelo Conselho Nacional de Justiça.

28

A Lei nº X, do Estado Alfa, dispôs que as sociedades empresárias que exploram o serviço de telecomunicações em seu território devem informar aos respectivos usuários, em caráter prévio, a identificação dos funcionários que precisarão ingressar em suas residências. A medida foi muito comemorada pelos usuários do serviço, considerando o aumento de sua segurança, mas criticada pelas sociedades empresárias do setor, que argumentavam com o possível aumento dos custos operacionais para a implementação da medida.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a Lei nº X

- (A) afeta o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, alterando, com isso, o ato jurídico perfeito, indicativo de sua inconstitucionalidade.
- (B) afronta a competência exclusiva da União para explorar o serviço de telefonia, ainda que isto ocorra de modo indireto, por uma concessionária.
- (C) somente será compatível com a ordem constitucional caso haja lei complementar da União delegando essa competência aos Estados.
- (D) versa sobre matéria tipicamente local, o que afronta a competência legislativa privativa dos Municípios.
- (E) é resultado da competência concorrente entre a União e o Estado Alfa para legislar sobre consumo.

29

Após ampla mobilização de uma frente parlamentar voltada ao combate à corrupção, um grupo de cento e setenta e dois Deputados Federais subscreveu uma proposta de emenda constitucional. Essa proposta foi apresentada, na segunda sessão legislativa do ano, em um momento no qual duas regiões do país eram ameaçadas por uma grave e iminente ameaça institucional, sendo que o seu objeto era a inserção, no texto constitucional, da pena mínima a ser cominada ao crime de corrupção.

Considerando os balizamentos estabelecidos pela Constituição da República, é correto afirmar, em relação à referida proposta, que ela

- (A) apresenta apenas vício de iniciativa.
- (B) somente apresenta vício ao afrontar um limite material de reforma constitucional.
- (C) somente apresenta vício ao afrontar um limite temporal de reforma constitucional.
- (D) não apresenta qualquer incompatibilidade com a Constituição da República.
- (E) somente apresenta vício ao afrontar um limite circunstancial de reforma constitucional.

30

Um grupo de pessoas, com padrões axiológicos semelhantes, decidiu constituir uma associação visando à realização dos objetivos que têm em comum. Por se tratar de um grupo muito zeloso, requereu autorização ao órgão competente do Município Delta para criar a referida associação. O requerimento, no entanto, foi denegado.

À luz da Constituição da República, é correto afirmar que

- (A) a autorização sequer deveria ter sido requerida, já que dispensada pela ordem constitucional.
- (B) a denegação do requerimento formulado somente será lícita se forem apresentados os respectivos motivos.
- (C) somente se o órgão competente demonstrar a existência de interesse público será regular a denegação do requerimento.
- (D) a autorização é ato administrativo discricionário, que pode ser, ou não, concedida, conforme o juízo de valor do órgão competente.
- (E) tanto a autorização de criação como a dissolução compulsória da associação são atos vinculados do Município, caso sejam preenchidos os respectivos requisitos.

31

Natascha, sócia majoritária e administradora do Restaurante Aliôcha Ltda., apresenta por meio de mensagem eletrônica (e-mail) a Ivana, proprietária do imóvel sede do restaurante, proposta de renovação do contrato de locação empresarial. De acordo com ela, o contrato durará dez anos, sendo o valor do aluguel reajustado em vinte e três por cento. Dois dias após o recebimento da proposta, a proprietária emite mensagem eletrônica aceitando a proposta, condicionando a renovação ao prazo de duração de cinco anos. Diante da resposta, Natascha não tem mais interesse na renovação, até porque há uma melhor oportunidade no imóvel vizinho.

Diante da situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Restaurante Aliôcha, representado por Natascha, não poderá desistir da proposta, visto que ela vincula o proponente.
- (B) Como a proposta foi feita sem prazo e não foi imediatamente aceita, Natascha, em nome do Restaurante Aliôcha, não está obrigada a cumpri-la.
- (C) A aceitação de Ivana foi feita com restrições, sendo considerada como nova proposta, permitindo à Natascha, em nome do restaurante, a recusa.
- (D) A proposta não vincula Natascha, haja vista que o contrato de locação é considerado como sinalagmático, não obrigando, por sua natureza, o proponente.
- (E) Se a retratação de Natascha tivesse chegado à Ivana até vinte e quatro horas depois da proposta, geraria a sua desobrigação.

32

João adquiriu de Adir, por meio de compra e venda, a centenária Fazenda Santa Helena, que é a mais famosa da região, com a porteira fechada situada na área rural do município de Santana do Manhuaçu. O contrato de compra e venda expressamente estabelece a compra da Fazenda Santa Helena, desejo antigo do comprador, pois foi o local de nascimento de sua avó materna. De acordo com a escritura pública e o registro competente, o imóvel tem 187 (cento e oitenta e sete) hectares, que corresponde a 39 (trinta e nove) alqueires. Seis meses após a celebração do contrato de compra e venda com a respectiva imissão na posse, João contratou peritos especializados que constaram ser a área exata do imóvel de 163 (cento e sessenta e três) hectares. Inconformado, o comprador procurou consultoria jurídica para emissão de parecer.

Sobre a hipótese, de acordo com o sistema jurídico vigente, assinale a afirmativa que apresenta, corretamente, a orientação que deve ser dada ao comprador.

- (A) Se, na venda de um imóvel, a área não corresponder às dimensões dadas pelo vendedor, o comprador terá o direito de exigir o complemento da área.
- (B) Na venda de um imóvel sob a modalidade "ad corpus", o preço recai sobre ele como um todo de forma desvinculada à medida do bem alienado.
- (C) A diferença entre a área declarada e a real deve ser considerado vício redibitório que leva a propositura da ação estimatória.
- (D) João, o comprador, tem o prazo decadencial de quatro anos para a propositura da ação que visa a complementação da área.
- (E) O comprador poderá exigir a anulação em virtude do dolo praticado pelo vendedor ou a complementação da diferença entre a área declarada e a real.

33

O Condomínio Aurora Boreal contratou com a empresa Serviços Islandeses Rápidos e Gerais Ltda. os serviços de portaria, limpeza e segurança, incluindo controle de acesso e acompanhamento visual ou por meio de Sistema de "CFTV" de entrada e saída de pessoas e veículos da empresa, cujo pagamento deverá ser feito mensalmente. O contrato foi celebrado por escrito sem prazo determinado. Nos últimos meses diversos problemas aconteceram no condomínio em razão de falhas graves praticadas pelos empregados da empresa, entre eles, o furto de duas unidades condominiais. Registra-se que todos os problemas foram relatados oportunamente à prestadora de serviço, que permaneceu inerte.

Diante da situação hipotética narrada, com base no Código Civil brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- (A) O contrato de prestação de serviço somente se extingue pela morte de qualquer das partes ou pelo escoamento do prazo.
- (B) A ausência de prazo determinado torna o contrato de prestação de serviço pelo prazo de três anos prorrogável por igual período.
- (C) Como não há prazo estipulado, qualquer das partes poderá resolver o contrato desde que haja aviso prévio de trinta dias.
- (D) Caso o Condomínio pretenda o rompimento do contrato, deverá pagar o valor integral das prestações vincendas.
- (E) As falhas graves praticadas pelos empregados da empresa prestadora de serviço permitem a rescisão do contrato por justa causa.

34

Olga é proprietária e possuidora de um terreno localizado no Bairro Azul do Município Verde. Devido à COVID-19, Olga mudou da cidade em 2020, só regressando à cidade três anos depois. Para sua surpresa, o imóvel havia sido invadido por seu vizinho, que realizou diversas obras no bem, inclusive, uma horta, que ele explora economicamente. Dez meses após a notícia da invasão, Olga procurou consultoria jurídica com fim do exercício de seus direitos.

Diante da situação hipotética narrada, assinale a afirmativa correta.

- (A) Olga tem o direito de ser reintegrada na posse do bem, por meio da ação petitória, em virtude da turbação sofrida.
- (B) A posse da vizinha é de boa-fé, devendo ser ressarcida dos frutos percebidos e pendentes.
- (C) As acessões realizadas pela vizinha devem ser ressarcidas por Olga devido ao princípio do enriquecimento sem causa.
- (D) Ao possuidor de má-fé, que é o caso da vizinha, serão ressarcidas as benfeitorias necessárias, sem direito à retenção.
- (E) No momento da invasão do bem, Olga perdeu automaticamente a posse de seu bem, devendo notificar o invasor, antes de qualquer medida judicial.

35

Ligia Suassuna conduzia o veículo próprio da marca X, placa Y, pela Rua do Céu, sentido sul/norte, enquanto João Grilo, conduzia a motocicleta da marca H, placa Z, pela Rua da Lua, no sentido oeste/leste. No cruzamento das vias ocorreu a colisão entre os veículos que, conforme a perícia, deu-se pela imprudência do condutor da motocicleta.

Com base na situação hipotética narrada, em relação ao tema responsabilidade civil, assinale a afirmativa correta.

- (A) No sistema jurídico brasileiro, principalmente nos casos de acidente de trânsito, haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa.
- (B) Acidente de trânsito, em virtude do número excessivo, é considerado pela doutrina e jurisprudência como um mero dissabor da vida cotidiana, não gerando dano moral.
- (C) Se houver comprovado o dolo do causador do dano, poderá o juiz elevar, equitativamente, a indenização.
- (D) Caso João Grilo fosse adolescente relativamente incapaz, responderia diretamente pelos prejuízos que causar, desde que não afetasse a sua sobrevivência.
- (E) Como João Grilo agiu por imprudência violando direito e causando danos à Lygia, cometeu ato ilícito.

36

Riobaldo, caseiro da chácara Vovó Lindamar, localizada na área rural do Município Veredas, sem ordem ou conhecimento de João Guimarães, proprietário do imóvel, efetua corte de vegetação em Reserva Legal e Área de Preservação Permanente, que representa trinta por cento da área da chácara. Ressalta-se que a reserva legal se encontra averbada na matrícula do imóvel.

Diante da situação hipotética, com base no tema responsabilidade civil por danos causados ao meio ambiente, assinale a afirmativa correta.

- (A) As obrigações de preservação da área possuem natureza *propter rem*, sendo despciendo aferir sobre o efetivo causador do dano ambiental.
- (B) De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a responsabilidade civil pelo dano ambiental é subjetiva e solidária entre Riobaldo e João.
- (C) O desconhecimento do corte de vegetação exclui João Guimarães da responsabilidade civil, haja vista não ter sido o causador do dano material.
- (D) Por ser detentor do bem, Riobaldo não responde pelos danos causados, responsabilidade que é exclusiva do empregador.
- (E) A responsabilidade civil por dano ambiental é classificada pela doutrina e jurisprudência como subjetiva na modalidade culpa presumida.

37

Antônio Carlos ao caminhar por uma rua próxima da sua residência, vê Tereza, sua ex-namorada, receber um soco e ser empurrada violentamente por Pedro, conhecido na vizinhança por seus rompantes rotineiros de violência. De imediato, Antônio Carlos parte em defesa de Tereza, desferindo um único golpe em Pedro na medida do necessário para a proteção da incolumidade física de Tereza. Em razão do golpe, Pedro cai ao chão e, na queda, além de quebrar o seu aparelho celular, fratura o braço direito. Tereza agradece muito a Antônio Carlos, afirmando que estava caminhando tranquilamente quando Pedro começou a gritar por seu nome e a agredi-la gratuitamente e sem qualquer razão que explicasse.

Duas semanas depois, Antônio Carlos é citado em ação indenizatória movida por Pedro, requerendo a indenização pelos danos materiais e morais sofridos e alegando que só empurrou Tereza porque ela o ignorava constantemente.

Diante da situação hipotética narrada e com base no Código Civil brasileiro, é correto afirmar que

- (A) Antônio Carlos não cometeu ato ilícito, pois agiu em legítima defesa de Tereza, porém deverá indenizar Pedro.
- (B) Antônio Carlos cometeu ato ilícito e deverá indenizar Pedro, pois o soco e o empurrão não são suficientes para caracterizar a legítima defesa de Tereza.
- (C) Antônio Carlos cometeu ato ilícito e deverá indenizar Pedro, mas terá ação regressiva em face de Tereza para haver a importância que tiver ressarcido a Pedro.
- (D) Antônio Carlos não cometeu ato ilícito, pois agiu em legítima defesa de Tereza, e não deverá indenizar, pois Pedro é o culpado pelo perigo.
- (E) Antônio Carlos e Tereza respondem solidariamente pelos danos materiais sofridos por Pedro, mas não pelos danos morais.

38

Hugo, militar da aeronáutica, imediatamente subordinado a sede do comando situada em Angra dos Reis - RJ, é casado com Ana, advogada com endereço profissional na cidade do Rio de Janeiro. O casal reside em Niterói com seus filhos, Bia de 4 anos de idade e Alex de 17 anos de idade. O filho mais velho do casal, Vitor, de 19 anos, se encontra há 8 meses internado em situação de coma em um hospital no Rio de Janeiro, razão pela qual os pais foram conjuntamente nomeados curadores de Vitor em ação própria com sentença transitada em julgado.

Considerando a situação hipotética narrada e a disciplina jurídica acerca do domicílio no Código Civil de 2002, analise as assertivas a seguir.

- I. Hugo, Ana e Vitor possuem domicílio voluntário em Niterói, ao passo que Bia e Alex possuem domicílio necessário em Niterói.
- II. Hugo e Ana possuem domicílios profissionais necessários em Angra dos Reis e Rio de Janeiro, respectivamente.
- III. Hugo e Ana possuem domicílio voluntário em Niterói, ao passo que Bia, Alex e Vitor possuem domicílio necessário em Niterói.
- IV. Hugo possui domicílio necessário em Angra dos Reis e Ana possui domicílio profissional no Rio de Janeiro.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) II e IV, apenas.

39

Túlio e Tina, recém-casados, compram um imóvel antigo em sua cidade natal para servir como sua nova residência, mas antes de se mudarem, em razão de uma inspeção realizada por empresa de engenharia especializada que indicou que todo o encanamento e a parte elétrica do imóvel estavam muito comprometidos, implicando risco elevado, contratam a empresa Reparo Certo Ltda. para a realização de algumas obras. Assim, a empresa Reparo Certo Ltda. envia Paulo, um funcionário antigo e muito experiente para a realização da troca do encanamento e restauração de toda a parte elétrica da casa, além da troca do piso da cozinha e reforma do banheiro para instalação de uma banheira de hidromassagem. Paulo, em seu quinto dia de trabalho no imóvel de Túlio e Tina, furou uma parede errada, acertando um cano e gerando um grande vazamento que inundou toda a casa, estragando o piso da sala e os armários embutidos do quarto.

Se não bastasse, ao tentar parar o vazamento, Paulo tropeçou em alguns azulejos raros que haviam sido retirados da cozinha para posterior instalação no banheiro, bem como quebrou os azulejos novos que tinham sido comprados para instalação na cozinha.

Considerando a situação hipotética narrada e a disciplina da classificação dos bens no Código Civil, é correto afirmar que

- (A) a troca do encanamento e a restauração da parte elétrica configuram benfeitorias necessárias e a instalação da banheira de hidromassagem configura benfeitoria útil.
- (B) os azulejos raros que haviam sido retirados da cozinha são bens imóveis e infungíveis.
- (C) os azulejos novos, ainda não instalados, e o piso da sala são bens imóveis e fungíveis.
- (D) a troca do encanamento e a restauração da parte elétrica configuram benfeitorias úteis e a instalação da banheira de hidromassagem configura benfeitoria voluptuária.
- (E) os azulejos raros que haviam sido retirados da cozinha e os azulejos novos são bens móveis, sendo os primeiros infungíveis.

40

Diego José, médico, estrangeiro, em visita ao Brasil para participar de um Congresso Internacional, conheceu Lia, estudante do primeiro ano de medicina. Ambos se apaixonaram à primeira vista e, de imediato, iniciaram um romance que perdurou mesmo após o retorno de Diego José para o seu país. Após 10 meses, Diego José se muda definitivamente para o Brasil e contrai matrimônio com Lia. Logo após o casamento, Diego José adquire um luxuoso imóvel para a residência do casal; já no ano seguinte, nasce o primeiro filho do casal, Pablo.

Meses após o nascimento de Pablo, com a intenção de retornar ao seu país acompanhado de sua família, Diego José permuta dois apartamentos por uma grande fazenda em sua cidade natal. No entanto, após três anos de casamento, as divergências entre ambos tornaram o casamento insustentável, especialmente em razão das diferenças culturais. Diante da situação, Lia pede o divórcio. Diego José aceita o pedido, mas adverte Lia que, de acordo com as leis do seu país, ela perderá a guarda do filho e não terá direito a qualquer participação nos imóveis adquiridos após o casamento e a pensão alimentícia.

Considerando a situação hipotética narrada e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, analise as assertivas a seguir:

- I. O regime dos bens do casamento de Diego José e Lia obedecerá à lei brasileira em razão de o primeiro domicílio conjugal ter sido estabelecido no Brasil.
- II. Como Pablo é brasileiro e domiciliado no Brasil, a guarda será determinada pela lei brasileira.
- III. A qualificação dos bens situados na cidade natal de Diego José e a regulação das relações a ele concernentes, observará a lei do país em que estiverem situados.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III, apenas.

41

João, servidor público integrante dos quadros do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, impetrou mandado de segurança em face de ato do Presidente do Tribunal de Justiça, o qual negou direito à incorporação de vantagem em seu contracheque.

Após regular tramitação, o Órgão Especial denegou a ordem, sob o fundamento de que João não comprovou o direito à incorporação.

Inconformado, João deseja interpor recurso que permita a reforma da decisão, de sorte a que lhe seja conferido o direito à vantagem.

Assim, João deverá interpor

- (A) Recurso de Apelação, a ser julgado pelo Pleno do Tribunal.
- (B) Recurso Ordinário, a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.
- (C) Recurso Extraordinário, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal.
- (D) Agravo Interno, levando o julgamento do processo ao Pleno do Tribunal.
- (E) Embargos de declaração, perante o Órgão Especial.

42

Pedro requereu o cumprimento de sentença condenatória ao pagamento de obrigação de pagar em face de Ursolino. Regularmente intimado, Ursolino afirmou não possuir condições de adimplir integralmente o débito, motivo pelo qual depositou montante equivalente a 30% (trinta por cento) do valor exequendo, bem como pediu o parcelamento do restante em seis parcelas mensais.

Em tal hipótese, o requerimento de Ursolino deverá ser

- (A) deferido, não importando renúncia ao direito de opor impugnação ao cumprimento de sentença.
- (B) deferido, independente de manifestação de Pedro.
- (C) indeferido, pois incabível tal parcelamento em sede de cumprimento de sentença.
- (D) indeferido, pois é necessário o depósito de 50% (cinquenta por cento) do valor exequendo.
- (E) deferido em parte, cabendo o parcelamento em, no máximo, três parcelas mensais.

43

Fernando formulou requerimento de tutela provisória cautelar em caráter antecedente em face do Hospital X, pugnando pela concessão de medida para impedir o hospital de eliminar documentos concernentes a procedimento cirúrgico lá realizado.

Nesse caso:

- (A) caso entenda que o pedido de Fernando tem natureza antecipada, o juiz deverá observar as disposições referentes ao procedimento de tutela antecipada antecedente.
- (B) o Hospital X será citado para, no prazo de 15 (quinze) dias, contestar o pedido e indicar as provas que pretende produzir.
- (C) efetivada a tutela cautelar, Fernando deverá formular o pedido principal no prazo de 5 (cinco) dias.
- (D) eventual indeferimento da tutela cautelar obsta que Fernando formule o pedido principal.
- (E) a causa de pedir não poderá ser aditada no momento de formulação do pedido principal.

44

João e Paulo assinaram contrato de prestação de serviços, no qual constava cláusula arbitral, com previsão de confidencialidade.

Em razão de litígios quanto à forma de cumprimento dos serviços, as partes instauraram a arbitragem, que deu razão a João, condenando Paulo ao pagamento de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) a título de danos materiais.

Ato contínuo, finda a arbitragem, João ajuizou cumprimento de sentença fundado na decisão arbitral.

Em tal caso:

- (A) Paulo será citado para pagar o débito no prazo de três dias, contados da citação, sob pena de penhora.
- (B) Paulo poderá alegar em embargos à execução qualquer matéria que lhe seria lícito deduzir como defesa em processo de conhecimento.
- (C) eventual defesa de Paulo deverá ser feita por meio de oferta de impugnação ao cumprimento de sentença, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da intimação para pagar o débito.
- (D) a inércia de Paulo em pagar o débito fará o débito ser acrescido de multa e honorários de advogado, ambos no percentual de cinco por cento.
- (E) o processo tramitará em segredo de justiça, desde que a confidencialidade estipulada na arbitragem seja comprovada perante o juízo.

45

Jonas ajuizou ação de procedimento comum em face de Pedro. O oficial de justiça, ao chegar à casa de Pedro, identificou que o réu possuía 14 (quatorze) anos de idade, informação confirmada por Paulina, mãe de Pedro, e que assinou o mandado de citação.

Dez dias após a juntada do mandado de citação aos autos, Juscelino, advogado, apresentou contestação e procuração outorgada por Pedro, representado por Paulina.

Sobre o caso acima, é correto afirmar que

- (A) Pedro, embora incapaz para o exercício dos atos da vida civil, tem capacidade de ser parte e de estar em juízo sozinho, não possuindo capacidade postulatória.
- (B) a procuração outorgada por Paulina, independentemente de cláusula específica, outorga poderes para Juscelino receber citação, confessar e reconhecer a procedência do pedido.
- (C) Juscelino tem capacidade postulatória, enquanto Pedro e Paulina não a possuem.
- (D) o juiz deverá obrigatoriamente nomear curador especial à Pedro, por se tratar de pessoa absolutamente incapaz.
- (E) Pedro não tem capacidade de ser parte, por ser pessoa absolutamente incapaz.

46

O juiz em exercício na X Vara de Fazenda Pública da Comarca Alpha, ao realizar o juízo de admissibilidade de petição inicial, identificou que o pedido formulado contraria enunciado de súmula do tribunal de justiça sobre direito local.

Nesse caso, é cabível nesse momento processual

- (A) o indeferimento da petição inicial, por se tratar de petição inicial inepta.
- (B) o julgamento antecipado do mérito, dispensando-se a fase instrutória.
- (C) a improcedência liminar do pedido, sendo dispensada a fase instrutória e a citação do réu para a prolação da sentença.
- (D) a designação de audiência de instrução, para que o juiz verifique o interesse do réu em participar de autocomposição.
- (E) o recebimento da petição inicial, com citação do réu para manifestar interesse no julgamento antecipado do mérito.

47

Conexão, litispendência e coisa julgada são fenômenos que, em suma, versam sobre a relação entre demandas.

Sobre tais conceitos, assinale a afirmativa correta.

- (A) A litispendência ocorre quando se quando se repete ação que já foi decidida por decisão transitada em julgado.
- (B) Há coisa julgada quando entre duas ou mais ações quando houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais.
- (C) Uma ação é idêntica a outra quando possui as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido.
- (D) O reconhecimento da litispendência enseja a extinção do processo com resolução do mérito.
- (E) Incumbe ao réu alegar coisa julgada conjuntamente com a discussão do mérito.

48

A suspensão do processo pode ser conceituada como um estado de paralisação do procedimento, podendo ser motivada por causas diversas elencadas em lei.

Entre as causas de suspensão do processo, é correto indicar a seguinte:

- (A) quando qualquer um dos advogados responsáveis pelo processo se tornar pai.
- (B) a admissão do incidente de arguição de inconstitucionalidade.
- (C) a morte do réu, devendo o autor promover a citação do espólio no prazo de um mês.
- (D) a arguição de impedimento ou de suspeição.
- (E) a concessão de tutela provisória.

49

Os embargos de terceiro são espécie de procedimento especial, destinado à defesa dos interesses de quem, não sendo parte no processo, sofrer constrição ou ameaça de constrição de bens que possua ou sobre os quais tenha direito incompatível com o ato construtivo.

Sobre os embargos de terceiro, é correto afirmar que

- (A) os embargos de terceiro podem ser opostos no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência do ato de constrição, sob pena de preclusão.
- (B) é vedado ao possuidor alegar, além de sua posse, o domínio alheio, ante a autonomia entre os juízos possessório e petitorio.
- (C) os embargos serão submetidos à livre distribuição, diante do princípio do juiz natural.
- (D) o proprietário fiduciário não é parte legítima para opor embargos de terceiro, por se tratar de propriedade resolúvel.
- (E) os embargos poderão ser contestados no prazo de 15 (quinze) dias, findo o qual se seguirá o procedimento comum.

50

Paulo vendeu um imóvel de sua propriedade, localizado no Município do Rio de Janeiro - RJ, para Semprônio. Tanto o comprador quanto o vendedor residem no Município de Itaboraí - RJ.

Seis meses após a averbação da escritura de compra e venda junto à matrícula do imóvel, Jorge, que fora proprietário do imóvel antes de Paulo, ajuíza ação reivindicatória em face de Semprônio, sustentando que a alienação em favor de Paulo ocorreu com base em escritura falsa.

Outrossim, Jorge requereu a declaração de nulidade das escrituras de compra e venda outorgadas em favor de Paulo e de Semprônio, reestabelecendo o domínio do imóvel para sua titularidade.

A demanda foi distribuída à X Vara Cível da Comarca de Itaboraí – RJ, por ser o domicílio de ambos os réus. Após serem citados, Paulo e Semprônio alegaram, em preliminar de contestação, que a competência para a causa seria da Comarca do Rio de Janeiro, por ser o local de situação do imóvel. O juízo rejeitou a alegação.

No caso acima, é correto afirmar que

- (A) a decisão que definiu a competência em favor da Comarca de Itaboraí é recorrível por meio de agravo de instrumento, eis que o rol do art. 1015 do CPC é de taxatividade mitigada e a competência é considerada situação urgente.
- (B) ante o rol taxativo do art. 1015 do CPC, a decisão que definiu a competência deve ser impugnada por meio de preliminar de recurso de apelação ou contrarrazões.
- (C) a decisão que definiu a competência em favor da Comarca de Itaboraí é impugnável por meio de recurso de apelação, interposto no prazo de quinze dias de sua publicação.
- (D) embora o rol do art. 1015 do CPC seja de taxatividade mitigada, a decisão que define a competência não possui urgência para fins de admitir a interposição de agravo de instrumento.
- (E) ao definir a competência, o juiz proferiu despacho, o qual é irrecurável, por expressa disposição do Código de Processo Civil.

51

Helena, nascida em 18/01/2000, praticou um furto qualificado pelo concurso de agentes (pena: 2 a 8 anos) em concurso formal com corrupção de menores (pena: 1 a 4 anos) no dia 20/01/2018. A denúncia foi recebida em 10/04/2018 e a sentença foi publicada em 10/07/2018, condenando o corréu Bernardo, porém, absolvendo-a. A acusação interpôs recurso, o qual foi julgado em 15/04/2020, dando provimento ao apelo para condenar Helena, nos termos da denúncia, a uma pena de dois anos pelo furto, um ano pela corrupção de menores, sendo a pena unificada em dois anos e quatro meses de reclusão (em razão do concurso formal entre os delitos).

Considerando a situação hipotética descrita, assinale a afirmativa correta em relação ao prazo prescricional.

- (A) Em razão do transcurso do prazo de 4 anos entre os dois marcos interruptivos, houve prescrição da pretensão punitiva entre recebimento da denúncia e o acórdão.
- (B) O prazo prescricional pela pena total concretamente aplicada é de 8 anos, razão pela qual não houve a prescrição da pretensão punitiva.
- (C) Ocorreu a prescrição parcial, apenas do delito de corrupção de menores, entre a data da sentença e do acórdão condenatório.
- (D) A sentença interrompeu o curso do prazo da prescrição da pretensão punitiva em desfavor de Helena, afastando a ocorrência da prescrição de ambos os delitos.
- (E) O prazo prescricional pela pena concretamente aplicada é de 4 anos, em razão da menoridade relativa de Helena.

52

Assinale a afirmativa que corretamente descreve um princípio do Direito Penal.

- (A) O princípio da insignificância afasta a tipicidade formal do delito.
- (B) O princípio da culpabilidade penal impõe que a responsabilidade deve ser pessoal, subjetiva e pelo fato, afastando-se a influência de qualidades pessoais na formação da culpa.
- (C) O princípio da anterioridade defende que a lei anterior ao delito é aplicável ao fato, afastando a possibilidade de aplicação de lei penal posterior que de qualquer forma modifique as características do tipo penal.
- (D) O princípio da adequação social possibilita afastar a ilicitude do fato e tolerar condutas socialmente aceitas, tal como a solicitação de pequenos presentes por servidores públicos.
- (E) O princípio da consunção se caracteriza pela absorção de um delito menos grave por um delito mais grave, também denominado de concurso formal perfeito.

53

Caio, com intenção de matar, desferiu um disparo de arma de fogo no peito de Tício. Tício caiu, severamente machucado, porém, ainda vivo, quando se iniciou uma tempestade, um raio o atingiu, de maneira que Tício veio a falecer em decorrência da forte descarga elétrica.

Nesse caso, sobre a responsabilidade de Caio, assinale a afirmativa correta.

- (A) Houve causa superveniente relativamente independente, sem ruptura do nexo de causalidade, de forma que Caio responde pelo resultado.
- (B) A causa superveniente produziu por si só o resultado, de forma a afastar a responsabilidade de Caio pelo evento morte, subsistindo a tentativa.
- (C) Caio deve responder pelo resultado caso comprovado que o tiro mataria Tício de qualquer maneira.
- (D) Caio responde apenas pelos atos já praticados, em razão da ruptura do nexo de causalidade, tal como ocorre na desistência voluntária.
- (E) Tendo em vista que o evento morte teria ocorrido independentemente da ação de Caio, não subsiste qualquer responsabilidade penal de Caio.

54

Mário é membro de poder e, nesta condição, possui a prerrogativa de indicar pessoas para ocuparem cargos comissionados. No entanto, Mário condicionou a indicação ao repasse, em seu proveito, de 30% do valor dos vencimentos percebidos por cada um dos assessores comissionados.

Nesse caso, a conduta de Mário se amolda a

- (A) fato atípico, cabendo apenas a responsabilização na seara administrativa.
- (B) abuso de autoridade.
- (C) peculato.
- (D) corrupção passiva.
- (E) concussão.

55

Roberta, primária, foi condenada por lavagem de capitais a uma pena de cinco anos de reclusão. Roberta colaborou espontaneamente com as autoridades, prestando esclarecimentos que conduziram à apuração da infração penal.

Sobre a aplicação da pena de Roberta, assinale a afirmativa correta, de acordo com a Lei nº 9.613/98 e com o Código Penal.

- (A) A pena poderá ser atenuada de um a dois terços.
- (B) Roberta poderá, desde o início, cumprir a pena em prisão albergue domiciliar.
- (C) A pena poderá suspensa, por 4 a 6 anos, mediante condições.
- (D) O regime inicial deverá ser o semiaberto, diante da quantidade de pena aplicada.
- (E) Roberta pode ser beneficiada pela pena restritiva de direitos.

56

“Devido à disputa entre as autoridades do Rio de Janeiro e de Vila Rica pela competência para julgar os sediciosos, a rainha, D. Maria I, determinou, através da Carta Régia de 17.07.1790, a composição de uma Alçada, na qual Desembargadores de Lisboa eram os responsáveis pelo julgamento. Após a oitiva dos vinte e nove réus, seguiu-se o prazo de cinco dias para defesa.

Os réus argumentaram que não cometeram crime algum, porquanto o movimento fora abortado, ainda em seu início, com a suspensão da Derrama. Apesar disso, em 18 de abril de 1792, foi publicada a sentença pela Alçada, condenando onze réus à morte (na prática dez, porque Cláudio Manuel da Costa se “suicidara” no cárcere), e outros participantes receberam penas menores como açoites e o degredo eterno.”

(A sentença condenatória de Tiradentes e a construção do mito. Ensaio elaborado por Andréa Vanessa da Costa Val, Assessora da Memória do Judiciário Mineiro, e por Carine Kely Rocha Viana, sob a supervisão do Superintendente, Desembargador Hélio Costa. Jurisp. Mineira, Belo Horizonte, a. 59, nº 187, p. 13-18, out./dez. 2008)

Sobre os sistemas processuais penais e os princípios do processo penal no âmbito do processo mencionado pelo texto (julgamento de Tiradentes), é correto afirmar que o sistema processual então vigente apresentava traços mais característicos do sistema

- (A) inquisitivo, e o princípio do juiz natural não foi observado, o que se extrai claramente do texto apresentado.
- (B) acusatório, e o princípio da ampla defesa não foi observado, o que se pode inferir do texto apresentado.
- (C) misto, e os princípios fundamentais do processo penal foram observados, o que se extrai claramente do texto apresentado.
- (D) inquisitivo, e não é possível, pelo texto, observar o malferimento de princípios fundamentais do processo penal.
- (E) acusatório, e é possível, pelo texto, observar o malferimento de princípios fundamentais do processo penal.

57

Graziela criou um perfil de rede social falso e passou a proferir injúrias contra seus desafetos. Após regular investigação que identificou Graziela como autora das ofensas, Amanda e Vanessa, vítimas, ajuizaram queixa-crime em desfavor de Graziela. Contudo, após a sentença condenatória e na pendência de julgamento, Amanda perdoou Graziela.

Sobre o caso hipotético narrado, assinale a afirmativa correta.

- (A) O perdão importa em perempção da queixa-crime.
- (B) Diante do princípio da indivisibilidade da ação penal privada, o perdão concedido por Amanda alcança Vanessa.
- (C) O perdão de Amanda só surte efeitos se concedido nos autos do processo.
- (D) Graziela deve ser intimada a aceitar o perdão, valendo o silêncio como aceitação tácita.
- (E) O perdão não enseja a extinção da punibilidade, pois concedido após a sentença condenatória.

58

Manuela foi denunciada pelo crime de lesão corporal de natureza grave, pois, de acordo com a acusação, teria o dolo direto de praticar ação visando ao resultado. A instrução probatória logrou comprovar que não houve dolo, Manuela, em verdade, agiu por imprudência. Assim, foi condenada pelo delito de lesão corporal culposa. Somente Manuela recorreu da sentença.

Neste caso, assinale a afirmativa correta.

- (A) A sentença aplicou a *emendatio libelli*, corrigindo a capitulação jurídica atribuída ao fato, não devendo prosperar o recurso de Manuela.
- (B) Houve violação ao princípio da congruência, cabendo ao Tribunal anular a sentença para que se observe o procedimento da *mutatio libelli*.
- (C) O Tribunal deve absolver Manuela, diante da nulidade da sentença por violação ao princípio da correlação entre a acusação e a sentença.
- (D) A desclassificação para delito menos grave dispensa o procedimento de emenda da inicial, razão pela qual o recurso não deve prosperar.
- (E) O Juiz deveria ter oportunizado a oferta de benefício processual, o que induz à nulidade da sentença.

59

Assinale a opção que retrata uma hipótese de cabimento, em tese, de oferta de Acordo de Não Persecução Penal.

- (A) Augusto, primário e sem antecedentes, é acusado de delito de injúria racial, e confessa, formal e circunstancialmente, o cometimento do crime, comprometendo-se a indenizar a vítima.
- (B) Alexandre, primário e sem antecedentes, é acusado de injuriar e difamar sua ex companheira, por meio de redes sociais, compromete-se com a retratação integral e pública.
- (C) Silvío, servidor público, acusado de corrupção passiva, confessa, formal e materialmente a prática do ilícito, porém, não se compromete com o ressarcimento do dano.
- (D) Marcos, primário, foi acusado de praticar um crime de menor potencial ofensivo sem violência ou grave ameaça à pessoa.
- (E) Luciano, acusado de furto qualificado, tem outras passagens por delitos patrimoniais insignificantes e, em sede policial, exerceu seu direito ao silêncio.

60

Mariana foi denunciada por estelionato, e a sentença a absolveu. Interposto o recurso adequado, este não foi admitido pelo Juízo, o que levou o MP a interpor novo recurso, igualmente cabível. No julgamento, o acórdão não unânime reverteu a sentença absolutória e condenou Mariana, a qual também opôs o recurso pertinente.

Assinale a opção que apresenta, em ordem cronológica, os recursos cabíveis no caso narrado.

- (A) Recurso em sentido estrito, Carta Testemunhável, Embargos de Divergência.
- (B) Apelação, Recurso em sentido estrito, Embargos Infringentes e de Nulidade.
- (C) Apelação, Carta Testemunhável, Embargos Infringentes e de Nulidade.
- (D) Embargos de Declaração, Apelação, Recurso em Sentido Estrito.
- (E) Apelação, Carta Testemunhável, Embargos de Divergência.

REDAÇÃO

“Conseguir se destacar no mercado e ter um bom emprego é o sonho da maioria das pessoas. Para isso, é preciso ficar de olho nas profissões do futuro, ou seja, aquelas ocupações que devem ser as mais promissoras nos próximos anos.

O mundo vem passando por grandes transformações que também impactam bastante o mercado de trabalho. E isso faz com que algumas carreiras ganhem mais espaço que outras, não é mesmo? Então, quais seriam as profissões do futuro?

Além do mercado de tecnologia, outro têm crescido bastante, como é o caso da área ambiental e de bem-estar. Algumas profissões apontadas para o futuro são: desenvolvedor de softwares, analista de big-data, especialista de segurança da informação, analista de marketing digital, gestor ambiental, terapeuta alternativo, gestor de inteligência artificial, arquiteto e engenheiro 3D, gestor de sustentabilidade, geneticista, gestor de resíduos e outras.”

Esse artigo da Unicesumar aborda as futuras profissões segundo o ponto de vista do autor do texto, mas e você? O que acha? Qual será a grande mudança para o futuro das profissões? Isso será um progresso ou um retrocesso? Quais seriam as profissões de futuro garantido? Diga o que pensa sobre o tema, em texto dissertativo-argumentativo de no máximo 30 linhas, em linguagem culta, dando destaque aos argumentos apresentados.

Realização

